

## A evolução de Luanda: aspectos sócio-demográficos em relação à independência do Brasil e ao fim do tráfico

Fernando Augusto Albuquerque Mourão\*

A análise demográfica da população de Luanda, assim como os dados referentes à distribuição das profissões e à construção civil mostram, os primeiros, uma certa relação com a independência do Brasil e, os segundos, com a extinção do tráfico.

Verificadas as principais fontes de registro demográfico sobre a população de Angola, passaremos à análise dos dados disponíveis relativos à população de Luanda, confrontando a consistência das fontes (tabelas 1 e 2). Os dados mais organizados foram levantados por José Joaquim Lopes de Lima (1846). O primeiro registro de que dispomos – 300 ‘brancos’ em 1607 – mostra que a população ‘branca’ praticamente não varia até 1823, quando já ultrapassa a casa do milhar, para fixar-se em 1601 pessoas em 1845. É conveniente registrar que os dados relativos à população ‘branca’ em Luanda sofrem alterações periódicas em virtude da movimentação de tropas ‘brancas’ para o interior da colônia, ora substituídas por ‘mestiços’ e degredados. A tropa, estacionada em Luanda é chamada periodicamente a intervir em diversos pontos, ora de penetração, ora em apoio de um potentado africano aliado do rei de Portugal, ora de ‘pacificação’, diminuindo sua contribuição ao cálculo da população ‘branca’ da cidade. A elevada taxa de mortalidade entre os militares e os degredados, estes últimos com uma esperança de vida bastante baixa (31 anos), responde em parte pelas oscilações numéricas do cômputo demográfico.

Apesar de todos os problemas advindos da inconsistência dos dados, o procedimento adotado possibilitou-nos a obtenção de uma série numérica com datas mais próximas e, conseqüentemente, a descoberta de pistas interessantes.

Procedemos ao levantamento de alguns documentos num sem número de obras e estatísticas, confrontando os mesmos, sempre que possível, o que nos permitiu construir uma tabela histórica e indicar em notas as inconsistências encontradas. Os resultados estampados nessas tabelas são os resultados desses levantamentos.

Segundo os dados de D. António de Lencastre (1772-1779), nos mapas de população que enviou à Coroa (COUTO, 1972:110), a população de Luanda, em 1773, era de 1.519 pessoas, das quais 983 escravos espalhados pelas duas freguesias, a da Sé e a de N.S. dos Remédios, e 612 militares<sup>1</sup>. Os ‘brancos’ da primeira classe, 251 (H. – 214, e M. – 37), ‘com’ 787 escravos, 80.0%; os ‘mestiços’, da segunda classe chamados de ‘pardos’, 138 (H. – 106 e M. – 32), ‘com’ 187 escravos, 19.0%; e, finalmente, os ‘negros’, os chamados ‘pretos livres’, da terceira classe, 147 (H. – 143 e M. – 4), com 9 escravos, 0.9%.

Uma primeira leitura das tabelas no 1 e 2 relativas à população de Luanda, segundo os grupos somáticos e sexo, mostra que a cidade era habitada principalmente por ‘mestiços’ após 1850, situação que se inverteria a partir dos anos quarenta do século seguinte. Nos anos trinta, a

\* Professor-Titular da USP e Diretor do Centro de Estudos Africanos da USP, São Paulo/Brasil.

população 'mestiça' já começava a perder posição em virtude da chegada de numerosas mulheres 'brancas' (em 1925), dentre as quais grande número de artistas que se fixaram em Luanda e casaram-se rapidamente. Alguns documentos da época e entrevistas que realizamos dão-nos conta da importância relativa desse contingente humano que chegou em Luanda, curiosamente numa época em que já se prenunciava a crise econômica internacional com conseqüências diretas para a população 'branca' da colônia; esta, em grande número, voltou à metrópole, ou se transferiu para a África do Sul; outros, em número menor, para o então vizinho Congo Belga.

Os 'mestiços' são assinalados em numerosos documentos referentes a várias épocas, como o importante papel do regimento de 'mestiços' que ajudou Salvador Correia de Sá e Benevides na reconquista da cidade aos holandeses. Um terço da infantaria, em 1666, era igualmente constituído por 'mestiços'. De certo modo, coube aos 'mestiços', durante um longo período, a penetração no interior da colônia, a partir de M'banza Congo, após o interdito da Coroa em 1661, proibição que vai até 1758. A proibição aos comerciantes 'brancos' de entrarem no interior decorria das razzias que faziam e, principalmente, dos problemas que criavam com os sobas da região<sup>2</sup>. A documentação dá conta que o mestiçamento já ocorrera anteriormente em M'banza Congo, quando comerciantes portugueses, juntamente com os frades capuchinhos, entre outros, aí se haviam estabelecido, no primeiro período do contato com os africanos que habitavam abaixo do equador.

As fases de isolamento em relação ao território metropolitano contribuíram também para o aumento não só da população 'mestiça', do ponto de vista demográfico, como ainda de sua importância relativa no quadro social da colônia. O isolamento em relação aos interesses da Coroa permitiu o desenvolvimento de uma sociedade local com interesses próprios. Ao longo do tempo, verificamos ora uma aproximação de interesses de 'mestiços' com os da população 'branca', ora um afastamento; ora uma aproximação com os interesses da Coroa, ora um afastamento, gerando contradições várias num processo que esteve longe de ser linear. Todas essas contradições estão na raiz do conceito de angolidade.

Numa primeira observação das tabelas no 1 e 2 – população de Luanda de 1607 a 1970 –, verificamos que, até 1823, o número de 'mestiços' é superior ao de 'brancos', quando nesse ano os 'brancos' passam da casa de algumas centenas, 443 em 1821, para 1.480, sendo as mulheres, 160 (MESQUITA, 1972:30-31).

Ocorre que, em 1823, Cristovão Avelino Dias chegou em Luanda acompanhado por forças militares (de elementos 'brancos') que haviam sido pedidas pela Junta Provisória de Governo da colônia (1822-1823), na ocasião da independência do Brasil. Em 1822, o então governador Joaquim Inácio Lima (1821-1822) foi deposto por um motim e subiu a Junta, tendo à sua frente o bispo D. João Damasceno Póvoas. Parte dos membros da Junta eram favoráveis à independência de Angola. O próprio bispo havia já criado um clero angolano. Nesta ocasião, um dos regimentos de infantaria revoltou-se contra a Junta. A situação era extremamente ambígua entre os partidários de uma independência, de uma junção com o Brasil e da permanência dos vínculos com Portugal. Vários deputados foram eleitos e embarcaram via Rio de Janeiro; mas as cortes convocadas para Lisboa não chegaram a se reunir. Entre esses deputados estava Amaral Gurgel, que era favorável à ligação com o Brasil. Nessa ocasião, enquanto as exportações de Angola para o Brasil representavam quatro quintos, para Portugal era de apenas um quinto. Quanto às importações, 16% vinham de Portugal, e o restante do Brasil. A revolta do regimento de infantaria contra a Junta deveria, por princípio, ser debelada; a par disso, seria preciso garantir uma presença 'branca' metropolitana, face aos 'brancos' locais favoráveis à autonomia, ou à ligação com o Brasil. Com as devidas reservas e levando em conta que, em 1821, registram-se 443 'brancos' em Luanda, a ação da Coroa cria uma relação de dois metropolitanos para um 'branco' local. Já em 1846, a

situação inverte-se novamente com 1.000 'brancos' para 2.000 'mestiços', número este que outras fontes aumentam para 5.570. Em 1851, o número de 'brancos' baixa para 830, enquanto que o de 'mestiços' é de 2.400. Em Benguela, em 1821, registram-se 151 'mestiços', 35 'brancos', 2.071 'negros'. Dos 35 'brancos', 22 são europeus, 10 americanos e 1 africano. A maioria dos 'brancos' está registrada como 'militar', sendo dois clérigos e um oleiro.

Do ponto de vista demográfico, o século XIX registra alterações profundas. Nos primeiros vinte anos a população 'branca' mantém o mesmo ritmo anterior. O aumento da população 'branca' em 1823, como já tivemos ocasião de verificar, é resultado do envio de tropas para Angola. Em virtude da independência do Brasil, ocorrida no ano anterior, desejava-se evitar a anexação de Angola ao novo país (como alguns moradores de Luanda e Benguela desejavam) ou então sua possível autonomia. A influência da Coroa fazia-se sentir nos arredores de Luanda e de seus presídios e ainda no reino de Benguela e em seus presídios.

Retomando a análise demográfica da população de Luanda, verificamos que na passagem de 1845 para 1850, segundo os dados das tabelas nos 1, 2 e 4, ocorre uma queda da população 'branca' de 1.601 indivíduos para 1.240, caindo ainda mais em 1851 para 830, voltando a subir em 1861, com 930 indivíduos, número que só começa efetivamente a aumentar a partir de 1869, quando se registram 1.368 'brancos'. Se a queda da população 'branca' está ligada ao término do tráfico da escravatura, possivelmente com o desaparecimento de uma população 'branca' flutuante (de que vários textos dão conta), um fato merece ser posto em relevo: o número de mulheres 'brancas' em 1845 passa de 135 para 420 em 1850, o que revela um certo amadurecimento da população 'branca' que tende a uma maior estabilização, embora diminuam os flutuantes. Se os dados referentes ao aumento de mulheres 'brancas' em Luanda a partir de 1850 são mais significativos, eles têm, no entanto, de ser levados em conta uma vez que esta relação se mantém mais ou menos constante, com exceção dos dados referentes a 1900, quando o número de mulheres decresce momentaneamente. Os dados da tabela no 3 indicam para os anos de 1781 e 1799 uma "sex-ratio", onde se registra um número de mulheres 'brancas' extremamente alto, e que não corresponde à tendência manifestada nas séries históricas que aparecem nas tabelas 1 e 2, onde o número de mulheres é sempre bem inferior aos dados registrados na tabela no.4.

Em relação aos 'mestiços', registram-se 491 em 1845 e 474 em 1850, passando a 2.400 em 1851. Contudo, na tabela no 4, o número de 'mestiços' registrado em 1850 é de 2.055, portanto, bem superior àquele das primeiras tabelas; aproximando-se dos dados de 1851.

No que toca à população 'negra', que passou de 3.513 para 3.530, segundo as primeiras tabelas, enquanto os dados da tabela no 4 registram 9.270, resultado próximo dos 9.000 registrados para 1851 nas tabelas anteriores.

Os dados da tabela no 4, de 1850, que incluem os moradores dos subúrbios da cidade, são apresentados de forma cuidadosa, compreendendo o sexo, o estado civil e uma curiosa divisão por faixas de idade (0-7, 07-14, 14-25 e maiores de 25 anos). Esta estatística ainda nos oferece indicações relativas à população africana segundo livres e escravos: para a população 'negra', temos 63.6% de escravos e, para os 'mestiços', 5.7%. Embora os intervalos de idade utilizados na estatística de 1850, em termos de grupos de idade, não permitam a comparação com dados posteriores e mesmo uma análise, oferecem contudo, a visão de que se trata de populações migrantes dos três grupos somáticos, refletindo o choque entre a população que já habitava a cidade e os recém-chegados.

Os 'mestiços' voltam a Luanda com a interrupção do tráfico e, como segmento populacional, passam a ocupar uma posição relevante até os anos trinta do nosso século. Os 'negros', independentemente da manutenção da escravatura, sentem-se possivelmente mais seguros na cidade, e isto em comparação aos outros espaços já afetados pelo sistema colonial. A constru-

ção civil em Luanda, cresce nesse período em que os 'brancos' flutuantes saem da cidade; as estatísticas referentes a profissões, salvo as mais sofisticadas, não apresentam quedas.

Pelos dados relativos a 1850 (do mapa estatístico publicado no Boletim Oficial no. 303, de 19 de julho de 1851, e constantes na Tabela no 4, verificamos que o número de 'mestiços' e 'negros' aumenta substancialmente. Como já vimos, em decorrência da proibição oficial do tráfico, uma parte dos 'mestiços' que vivia na área dos presídios e dos distritos deslocou-se para Luanda. Nessa ocasião, o número de 'negros' também aumentou substantivamente. Contudo é importante ressaltar que é a partir de 1850 que a população 'mestiça' retorna a Luanda, voltando a ter importância que teve nos primeiros séculos e que irá manter até meados da década dos anos trinta do nosso século.

Os dados referentes à população para 1830 e 1831 mostram que o número total de 'mestiços' em Angola era, na ocasião, de 3.870, dos quais 1.500 mulheres, sendo que apenas 17% moravam em Luanda. Nessa ocasião, a maioria dos 'mestiços' localizavam-se nas áreas dos presídios e dos distritos, ocupando-se fundamentalmente do comércio com o interior. O próprio corpo militar dos presídios tinha mais 'mestiços' do que 'brancos'. Mário Antônio, sem tirar maior partido da informação, numa rápida passagem, ao tratar da relação com o interior, critica R.C. Boxer, que minimiza a "*extensão do processo ao interior*". Munido de dados fornecidos por Lopes de Lima, Mário Antônio informa que "*maior do que em Luanda (...) um elevado número de habitantes pardos encontra-se em Caconda (...)*" (OLIVEIRA, 1981:35). Com a interrupção do comércio de escravos, além de outros motivos, o percentual relativo de 'mestiços' em Luanda volta a elevar-se, até que o mestiçamento entra em declínio após as primeiras décadas do nosso século.

O corte sincrônico que a maior parte dos autores procedem quando estudam a sociedade de Luanda, a 'sociedade mestiça', por excelência, precisa ser confrontado com uma visão do processo, em diacronia, conjugando-se a evolução e análise estrutural dos dados demográficos com a economia e, mais precisamente, com os mecanismos do chamado comércio com o sertão.

A cidade, que há longos anos não se beneficiava com obras públicas de vulto, no governo de Pedro Alexandrino da Cunha (1845-1848) registra uma série de medidas que fazem lembrar a ação de D. Francisco Inocêncio de Souza Coutinho (1764-1772). Além de uma série de medidas de natureza urbanística, do plantio sistemático de árvores no espaço urbano, a cidade passa a ter um novo referencial toponímico a partir de uma nomenclatura aprovada em 1844. Um levantamento estatístico dos prédios da cidade de Luanda, organizado especificamente para fins de natureza fiscal, relativo ao ano econômico de 1846 a 1847, permite-nos um conhecimento objetivo de Luanda, de suas ruas e bairros.

Esta relação, em primeiro lugar, permite-nos estabelecer uma diferença fundamental entre o conceito de rua e o de bairro. A designação bairro aplicava-se fundamentalmente para designar os espaços ocupados preferencialmente pela população africana. A grande maioria ou é designada por nomes em kimbundo (ou com origem nessa língua), ou por designações de natureza geográfica; uns poucos relacionam-se com a toponímia religiosa, como, por exemplo, o bairro de Nazareth e do Rozário. De um total de 1.539 moradias<sup>3</sup> africanas – cubatas – 893, localizavam-se nos bairros, ou seja, 58.0%, percentual que sobe para 64.9%, no caso de excluirmos as moradias africanas localizadas na ilha de Luanda. As habitações africanas espalhadas pelas ruas concentram-se na 'cidade baixa', embora também apareçam na 'cidade alta', ou nos seus acessos, como no caso da rua da Misericórdia. A distinção, segundo a volumetria, em casas de sobrado e casas térreas, mostra também uma concentração no centro da Baixa.

A rua Diogo Cão, que vai do largo do Palácio até a antiga ponte Diogo Cão, englobando parte da antiga rua da Cadeia, registra a presença de 11 habitações africanas, seis sobrados e cinco casas térreas; isto, até certo ponto, mostra que a expansão da 'cidade alta', do ponto de vista

social, foi de certo modo interrompida. A distinção, segundo a volumetria, entre casas de sobrado e casas térreas, mostra uma concentração destas últimas no centro da Baixa, onde as ruas e os largos passavam a dar sentido à cidade; as casas térreas caracterizam mais as áreas fora do eixo central. Nesta ocasião, as construções de tipo sobrado representavam já 34.0% das casas de pedra e cal. A área dos sobrados corresponde, grosso modo, à área onde o governador Souza Coutinho (1764-1772) determinou a construção de uma série de arruamentos. Ele mandou abrir um arruamento em direção à fortaleza do Penedo, onde mais tarde, no governo de Luiz da Mota Feo e Torres (1816-1819), foram plantadas 570 árvores. Este governador plantou ainda 434 árvores na zona do Terreiro Público. A obra de Souza Coutinho, no que toca à urbanização da cidade, teve prosseguimento e, em 1779, a 'cidade alta' teve melhorados os seus acessos, com a construção da Calçada do Baltazar Aragão e da Calçada do Pelourinho.

Confrontando os nomes das ruas (19), das travessas (12), das praças e dos largos (11), das calçadas (3) e dos becos (3) da relação publicada em 1848<sup>4</sup> com a planta de 1775 (AMARAL, 1961:411-413), verificamos uma mudança na toponímia urbana, o que aliás foi uma constante em Luanda. Na planta de 1775, com exceção das construções religiosas e militares, que começavam a emprestar o nome ao local, os caminhos, os acidentes, os cursos de água e os bairros tinham nomes em língua kimbundo. O avanço da cidade-feitoria leva a uma apropriação do espaço em sentido amplo, passando a toponímia a registrar designações em português, embora a denominação dos bairros em kimbundo tenha resistido até tardiamente. As ruas, calçadas e becos, a par de nomes de personalidades de relevo, registram uma memória limitada pelas ondas de urbanização, pontilhada por nomes de antigos moradores da área. As alterações na toponímia variam na relação direta da apropriação do espaço luandense pela ideologia oficial do país colonizador.

O crescimento das construções em Luanda, entre 1846 e 1850, casas térreas, sobrados e cubatas, é acompanhado pelo crescimento das atividades artesanais. Se compararmos a tabela registrada na nota 18 (LIMA, 1846, livro III, parte I:52) com a estatística de oficinas estampada no final da nota 22, relativa ao ano de 1850 (SANTOS, 1970:167-169), verificamos um crescimento real das atividades artesanais. Comparando os dados de 1832 com os de 1850, temos um acréscimo: alfaiates, 16; barbeiros, 22; ferradores, 16; marceneiros, 4; pedreiros, 47; pintores, 2; tanoeiros, 8. Registramos também um decréscimo: sapateiros; 76; ferreiros, 14; carpinteiros, 35; ourives, 11; torneiros, 7. A comparação entre as estatísticas – a estatística de 1850 oferece os totais discriminados entre mestres, oficiais e aprendizes – mostra, grosso modo, que o aumento de pedreiros, por exemplo, está diretamente relacionado com o acréscimo que a construção sofreu neste período; atividades mais sofisticadas, como por exemplo, a ourivesaria, tiveram uma queda; pintores, um acréscimo mínimo. A título de hipótese, podemos dizer que as atividades sofisticadas não cresceram na razão do crescimento dos ofícios, ligados a um surto de construção menos sofisticado. Embora estes dados sejam relativos, são, no mínimo, indicadores.

O aumento das construções, entre 1845 e 1850 (em cinco anos foram edificadas 34 sobrados, 113 casas térreas e 1.618 casas cobertas com teto de palha); o aumento do número de artesãos entre 1832 e 1850, embora este número tenha decrescido em relação a atividades mais sofisticadas; a diminuição da população 'branca' e o aumento da população 'mestiça' e 'negra'; todos esses elementos são, de per si, e correlacionados, ainda mais significativos. Uma boa parte destas construções, se não a quase totalidade, está relacionada com a volta para Luanda dos antigos intermediários comerciais 'mestiços' e 'negros'. O aumento do número de mulheres 'brancas', numa ocasião em que a população 'branca' como um todo diminui, pode ser tomado como um fator de amadurecimento social dessa população, isto é, no sentido de já se admitir Luanda como morada permanente.

A grande maioria dos artesãos era constituída por africanos, estimados em oito décimos por Lopes de Lima. Enquanto que na Luanda seiscentista e setecentista as principais olarias pertenciam aos conventos – os jesuítas, por exemplo, chegaram a ter fornos de cal e fabricação de tijolos que não só usavam nas suas obras, como também comercializavam – no século dezanove, as olarias localizadas no bairro do Sangandombe – onde mais tarde foi construído o bairro dos Ferreiras – eram de africanos que trabalhavam o barro preto para o fabrico de bilhas, muito usadas numa cidade, que ainda não contava com água encanada.

A maioria dos artesãos vivia nos velhos bairros africanos que tomavam os nomes da nomenclatura kimbundo e que se localizavam ora na 'cidade baixa', contígua à Baixa, isto é, no centro comercial, ora no **plateau**. O velho bairro do Cafaco, já no nosso século, deu origem a um bairro de classe média branca: o bairro do Cafaco, que ia até a Luiz de Camões. Na 'cidade baixa', tínhamos: Kaponta, onde depois se edificou o mercado municipal da Baixa; Mutamba, onde surgiu o largo do mesmo nome; Bungo, a zona que ia da ermida de N.S. de Nazaré até o mercado da Kaponta; Quipacas, no início da encosta das barrocas, onde, mais tarde, surge a estação da estrada de ferro e a estação principal; Katari, perto do atual largo do Pelourinho (largo Kataadi); e Quitanda, na área da Quitanda Grande, zona de comércio de víveres, onde foi construído o largo de Luís Lopes Sequeira (Largo do Atlético – homenagem a um clube tradicional de Luanda, muito popular, que está ligado à formação do nacionalismo angolano). Entre os logradouros de nomenclatura de origem religiosa (o ponto de referência foi um templo), temos: Nazaré, perto da ermida; Remédios, na zona da igreja de N.S. dos Remédios; S. Miguel, próximo à fortaleza. Ainda na Baixa, temos: o Terreiro, perto do antigo Terreiro, a zona de comércio de víveres, onde depois surge o largo do Infante D. Henrique; o velho bairro dos Coqueiros, bordeando a cumeada das barrocas interiores da 'cidade alta'. Na zona intermediária entre a Baixa e o **plateau**, temos: Mazuika, perto da igreja do Carmo; Kafaco, Maculusso e Ingombotas. Não aparecem menções ao antigo bairro de Santa Efigênia. Em direção ao Sul, temos: Sangandombe; Quibando, onde depois foi construído o Cine Teatro. No **plateau**, na mesma direção, localiza-se Maianga. Não há referências ao velho bairro do Rosário, no alto da Maianga. O bairro da Misericórdia ficava próximo à área da nova igreja de N.S. da Conceição.

A população africana encontra-se espalhada ora em bairros (a maioria) com nomes derivados da língua kimbundo, ou de origem religiosa, ora em áreas contíguas às zonas de comércio. No passado, os escravos destinados ao tráfico moravam em habitações de tipo provisório, construídas nos quintais das casas erguidas ao longo da linha litorânea, fora de qualquer visão urbana; os escravos domésticos residiam na casa dos 'senhores', como era o caso da 'cidade alta', e no núcleo comercial da 'cidade baixa'.

Aos poucos começam a surgir os bairros africanos, ora tipicamente africanos, como o do Sangandombe, ora mistos, como o dos Coqueiros (embora predominantemente africano). Ainda com a designação de bairro, aparece mais tarde o bairro das Ingombotas, onde habitava a classe média africana, em parte transferida, já em nosso século, para o antigo bairro Operário, localizado depois do Alto das Cruzes (cemitério mandado construir pela Câmara, que substitui o antigo cemitério africano do Maculusso; este nome significa cruzeiros em Kimbundo).

O termo bairro, que era dado tradicionalmente às áreas de habitação africana, enquanto os 'brancos' moravam em casas situadas em ruas, foi substituído pelo termo musseques, evolução semântica digna de registro. Os bairros tradicionais que abrigavam as massas populares africanas passam a musseques e os bairros de classe média africana, como o das Ingombotas, são evacuados, dão lugar ao bairro Operário. Mais tarde surgem os chamados bairros indígenas. Como vemos, a própria nomenclatura mostra uma involução na relação com os africanos, caminhando a passos largos para a divisão entre a 'cidade branca' e a 'cidade negra', ou mais usualmente, a

'cidade do asfalto' e a 'cidade dos musseques', designações de natureza técnica, que não escondem a ruptura social e racial.

A população africana, artesãos ou criados, a par da classe média africana, todos são obrigados a uma migração ao longo dos tempos dentro da cidade de Luanda. O núcleo africano que vivia no antigo bairro dos Coqueiros foi um dos primeiros a ser expulso. As sucessivas epidemias de varíola, em 1856 e 1864, justificaram toda uma série de medidas de natureza dita higiênica que redundaram na expulsão da população africana desse bairro tradicional. A cidade foi dividida em dez zonas, tendo sido criadas comissões sanitárias para cada uma delas<sup>5</sup>. "(...) a Câmara Municipal promoveu a demolição das cubatas dos Coqueiros, desaparecendo assim, este bairro"<sup>6</sup>. Esta informação, que consta de um documento inédito que se deve a Manuel Alberto Bento Ribeiro (integrante do Conselho Legislativo da Colônia e membro de uma família africana de tradição em Luanda), chegou-nos às mãos graças à gentileza de seu filho, o tenente coronel do exército angolano, Alberto Bento Ribeiro – Kabulo. O documento esclarece que parte da população africana do bairro dos Coqueiros foi transferida para o Alto das Cruzes: "*Pelos anos adiante, veio também a desaparecer o bairro de Sangandombe, sacrificado às conveniências urbanísticas. Ficou apenas a Ingombota para habitação dos 'nativos', com outros dois núcleos populacionais: o bairro dos Cabindas, no Bungo, o dos pescadores na Quinanga, junto à praia do Bispo, local onde se erguem as casas construídas pelo Fundo dos Bairros Operários. Em seguida à peste bubônica, que infestou a cidade no governo do general Norton de Matos, foram destruídos o bairro dos Cabindas e o da Quitanda e começou-se, aí por 1922, a mudança das Ingombotas para os musseques. Passou a fazer-se ali o centro residencial dos nativos*" (Manuel Bento Ribeiro).

Na metade do século passado, a partir das estatísticas de 1850, verificamos que o número de construções cresceu – quer as de pedra e cal, quer as de adobe, e as cubatas. Houve um aumento da população 'mestiça' e 'negra'; a população 'branca' diminuiu, embora haja crescido o número de mulheres 'brancas'. Tal fato é bastante indicativo: Luanda não é mais a feitoria, mas a capital administrativa de uma colônia onde o comércio e a agricultura, praticados pelos africanos, garantiram a passagem do período do tráfico para o desenvolvimento de um comércio, sem que tenha ocorrido uma ruptura. No entanto, a partir desse período, apesar da população 'branca' ter sofrido uma pequena queda nos primeiros anos após o término legal do tráfico, as famílias 'brancas' apresentaram-se de forma mais estruturada com a entrada de um número substantivo de mulheres 'brancas', do que resultou um aumento de casais 'brancos' presentes. A população 'mestiça' e 'negra' aumentou. O comércio geral tomou o lugar do tráfico. A construção civil cresceu. É curioso assinalar que a queda da população 'branca', acompanhada pelo aumento dos 'mestiços' e dos 'negros' em Luanda, na virada do século, refletiu-se na construção de casas. Numerosos 'mestiços' e alguns 'negros', ligados de forma direta ou indireta ao tráfico, ao comércio em geral, ou proprietários no interior, próximos à capital, transferiram-se para Luanda. Lá construíram moradias (casas térreas e sobrados), em contraposição a africanos que, em virtude de ocuparem posição econômica inferior, foram responsáveis pelo aumento, nesse período, de construções cobertas de palha. Embora não contemos com dados referentes à vida econômica da época, em que o comércio geral aumenta, tomando o lugar do tráfico, acreditamos que a população 'mestiça' e 'negra' economicamente diferenciada não se localizou no setor de negócios, mas sim preferencialmente na área de serviços: funcionalismo público e profissões liberais. Ou então, vivia de rendimentos. Não encontramos maiores referências à entrada de indivíduos africanos entre os recém-migrados para a cidade, no que toca à produção comercial. As referências relativas a africanos incluídos nos setores comerciais luandenses dizem respeito, preferencialmente, àqueles que já mantinham essa posição anteriormente. Os proprietários africanos foram transitando, já numa situação urbana, preferencialmente para a área de serviços, fato que os numerosos

textos que tratam da chamada elite africana de Luanda refletem. O comércio tende a caracterizar a população 'branca' e a administração, segmentos da população africana.

Vejamos o que ocorreu. No passado, os 'mestiços', e também 'negros livres', foram utilizados durante séculos como intermediários do comércio entre o litoral e o interior, razão pela qual os registros de população assinalam os 'mestiços' fora da área de Luanda, para onde regressam com a proibição do tráfico. Ocorre que dificilmente encontramos a partir desta nova fase registro da participação dos 'mestiços' no comércio. A partir de uma série de histórias de vida levantados junto a integrantes de velhas famílias tradicionais de Luanda, 'mestiços' e 'negros', tivemos ocasião de constatar a existência de um ponto em comum: uma pequena participação no comércio. Participam da agricultura, não só como produtores, mas igualmente como proprietários, até que com o assentamento dos colonos 'brancos', estes começam a disputar as terras daqueles, o que a administração, já devidamente instalada permitia, quando não, estimulava.





**Fontes – Tabela 1:**

- a) BRASIO, *A Monumenta Missionaria Africana*. Lisboa, 1955, vol. V, pp. 389-390.
- b) BRASIO, A. Op.cit. vol. VI, p.477.
- c) Dados do Senado da Câmara.
- d) COIMBRA, Carlos Dias. *Livros de "Ofícios para o Reino"*, do Arquivo Histórico de Angola-1726-1801-, Luanda, 1959, p.47.
- e) VIEIRA, Maria Eugénia M. *Registro de Cartas de Guia de Degredados para Angola, 1714-1757*. Lisboa, 1966, p.27.
- f) *Guia Ilustrado da cidade de Luanda*. Edição comemorativa do 299 aniversário da Restauração de Angola. Edição de José Pedroso Botas. Luanda, 1947.
- g) OLIVEIRA, Aguedo de. "Sobre colonização Branca...", intervenção na Assembléia Nacional. Diário das Sessões nº 38. Lisboa, 18 de Abril de 1950. & CANDIDO, Armando. *Emigração e Povoamento do Ultramar*. (Discurso proferido na Assembléia Nacional em 18 de Abril de 1958).Lisboa, Diário das Sessões nº 39.
- h) *Mapa da população de Luanda*, "em todo o ano de 1817 até 10 de Janeiro de 1818". A.H.U., Angola, Caixa 65.
- Para o ano de 1818 o brigadeiro J.R. da Cunha Matos, op.cit., reportando-se às memórias do Almirante Feo dá para Luanda uma população total de 4518. p.331.
- i) LEMOS, Alberto, 1940, p.6. No entanto, o Brig. J.R. da Cunha Matos, op.cit., p.332 da uma população total de 4648.
- j) A.H.U. Angola, caixa 71.
- k) PIRES, Rui. *Luanda cidade portuguesa fundada por Paulo Dias de Novais em 1575*. Luanda, Edição da Direção dos Serviços de Economia, s/d, p.8.
- l) LIMA, J.J. Lopes de 1846, livro III.
- m) MENEZES, A. de Carvalho. 1848, Rio de Janeiro, p.27.
- n) AMARAL, Ilídio. *Ensaio de um estudo geográfico da sede urbana de Angola*. Lisboa, J.I.U., 1962, p.24.
- o) MONTEIRO, José Maria de Sousa. 1950, p.331.
- p) VOGEL, Carlos. *Le Portugal et ses colonies. Paris, Guillaume et Cie*. Librairies Ecrivains, p. 55
- q) *Mapa Estatístico da População da Província de Angola*. In: LEMOS, Alberto. 1940, p.II
- r) *Mapa Estatístico da Província de Angola*. In: LEMOS, Alberto. 1940, p.I2
- s) PERRY, Geraldo A. 1875, p.356
- t) AMARAL, Ilídio. 1968, pp. 59 e 60 & CARVALHO, Henrique Augusto Dias de. 1892, p.71
- u) CARDOSO, Manuel da Costa. *Subsídios para a história de Luanda*. Luanda, Museu de Angola, 1954, p.20 & B.O. n. 10 de 09.03.1895. p.127
- v) *Anuário Estatístico de Angola*, 1897. Luanda Imprensa Nacional.
- x) *Anuário Estatístico de Angola*, 1898. Luanda, Imprensa Nacional.
- y) AMARAL, Ilídio. 1968, p.63 & *Anuário Estatístico de Angola*, 1899. In: LEMOS, 1940, ps. 17 -19.
- z) *Anuário Estatístico de Angola*, 1899.
- aa) LEMOS. 1940, p. 27.
- ab) *Mapa da População da Província de Angola em 1900*. In: LEMOS, 1940 p. 26
- ac) B.O. , III serie, 23.02.1924.
- ad) *Censo de 1950*, vol. I, p. 129
- ae) *Anuário Estatístico de Angola*, 1934. Luanda, Imprensa Nacional, 1936.
- af) *Idem*.
- ag) *Censo de 1940*, vol. I, ps. 78-79
- ah) AMARAL, Ilídio. 1968, p.64. 1968, p.64. Tendo em vista a importância da obra citada e o cuidado com que o autor elaborou os seus cálculos, optamos por registrar os dados.
- ai) *II Recenseamento Geral da População de Angola 1950*. vol. I, p. 129.
- aj) *Idem* vol. III, p.7-8-9 e vol. IV p.6
- al) *III Recenseamento Geral da População de Angola 1960*. vol. I p. 36
- am) *Anexo ao Boletim Mensal de Estatística*. Luanda, ano I, n. 3, 1973. ps. 1/55.
- \* VENANCIO, p.85.

TABELA 2: Luanda: População segundo o tipo somático e sexo, 1607-1970\*

ANOS	'BRANCOS'		'MISTIÇOS'		'NEGROS'		OUTROS	TOTAL	BRA/AFR	BRA/MES	BRA/NEG
	HM	H	HM	H	HM	H	HM				
1607	300										
1621	400										
1675	132										
1730	150										
1800	443							6500			
1810								4512			
1815	355	157	472	324	2372	1327		3199	8	1,3	6,6
1816								4518			
1818	355		472		2372			3199			
1821	443		448								
1823	1275										
1827	1447	123	445	236	4921	2823		6813			
1832	1275										
1845	1601	135	491	261	3513	2105		5605	2,5	0,3	2,1
1846	1000		2000					6000			
1850	1240	420	414		3530			5244			
1851	830		2400		9000			12230			
1961	930							13412			
1866								11555			
1869	1368							14884			
1876	4927							15389			
1881	1453							11172			
1887	2000							14500			
1888	2000										
1897	4000										
1898	4878	1848					38				
1899	5258							42403			
1900	3479	746	2232	1233		112448		214119			
1923	3709	1192	986	538	18024	7434		22719			
1930	6008		5557		39001		22		7,4	0,9	6,4
1934	8771										
1940	9404	3615	6191	3263	46275	19874	25	61028	5,5	0,6	4,9
1950	21018	5570	9932	4362	133320	53860	70	164340	6,8	0,4	6,3
1960	55567	25135	13593	7192	155325	62753	55	224540	3	0,2	2,7
1970	126233	59680	39255	19616	314879	143465	246	480613	2,8	0,3	2,4

\* Adaptação a partir de dados coletados em diferentes fontes. Para os anos 1930 e seguintes os dados são dos censos dos respectivos anos.

**TABELA 3 – o sex-ratio da população luandense\***

	Europeus		Euroafricanos		Africanos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1773	214	37	106**	32**	143**	4**
1791	968	548	695	1075	2608	4131
1799	97	346	165	632	1817	2085

\* VENÂNCIO, 1984:87

\*\* Apenas os livres (nota do autor)

**TABELA 4 – Mappa estatístico do anno de 1850 – pessoas\***

IDADES	BRANCOS	MULATOS	PRETOS	TOTAL
até 7 annos	70	330	200	600
de 7 a 14 annos	80	180	520	780
de 14 a 25 annos	120	275	1100	1495
maiores	550	450	1550	2550
todos	820	1235	3370	5425
<b>ESTADO CIVIL</b>				
solteiros	660	1100	3300	5060
casados	100	100	50	250
viúvos	60	35	20	115
todos	820	1235	3370	5425
<b>NATURALIDADES</b>				
africanos	150	1235	3370	4755
americanos	10			10
asiáticos				
uropeus	660			660
todos	820	1235	3370	5425
<b>CONDIÇÕES</b>				
livres	820	1185	1220	3225
escravos		50	2150	2200
todos	820	1235	3370	5425
<b>MULHERES</b>				
IDADES	BRANCAS	MULATAS	PRETAS	TOTAL
até 7 annos	90	250	400	740
de 7 a 14 annos	50	150	450	1150
de 14 a 25 annos	130	220	2500	2850
maiores	150	20	2050	2400
todas	420	820	5900	7140
<b>ESTADOS</b>				
solteiras	280	690	5774	6744
casadas	100	110	96	306
viúvas	40	20	30	90
todas	420	820	5900	7140
<b>NATURALIDADES</b>				
africanas	260	820	5894	6974
americanas				
asiáticas				
européias	160		6	166
todas	420	820	5900	7140
<b>CONDIÇÕES</b>				
livres	420	750	2150	3320
escravas		70	3750	3820

\* IN: *Boletim Oficial*, 19 de julho de 1851.

## Notas

1. Luanda contava, nessa época, com um Regimento de Infantaria composto por dez companhias, com 476 oficiais e soldados e ainda duas companhias de Cavalaria, com 136 homens (COUTO, 1972:109).

2. Documento no.46 (FELNER, 1933:442-449). Este interdito foi revogado em 1758. Para Venâncio (VENÂNCIO, 1983:186-187) "(...) os militares incentivavam o processo de aquisição de escravos através de guerras", enquanto "(...) defendiam antes os comerciantes uma política pacifista (...)". O mesmo autor indica que nos finais do século XVIII "(...) a maioria das firmas luandenses (...)" possuíam "(...) sucursais no interior, junto às feiras ou povoamentos, que estariam entregues, deduzo, aos aviados".

3. Uma estatística dos "edifícios, estabelecimentos, e oficinas da Cidade de Loanda relativa ao ano de 1850" (**Boletim Oficial** no 303, de 19 de julho de 1851), mostra já um certo crescimento em relação aos dados do levantamento fiscal relativos ao ano econômico de 1845 a 1846. Estes dados, embora devam ser considerados com prudência, são significativos: o aumento foi de 34 sobrados, 113 casas térreas e 1.618 casas de palha. Confrontando estes dados com os mapas da população, que também devem ser lidos com reservas, podemos verificar que esse aumento acompanha o crescimento da população, principalmente do segmento 'negro' e 'mestiço'. Os dados relativos à população 'branca' apresentam uma variação brusca: 1.601 (1845); 1.000 (1846); 1.240 (1850); 830 (1851); 930 (1861); 1.368 (1869). Alguns autores atribuem a variação da população 'branca' ao fato de que boa parte dos 'brancos' ligados ao tráfico de escravos entravam e saíam da colônia constantemente, sendo que a fixação deste segmento da população só passa a ser uma realidade posteriormente ao fim do tráfico.

Os dados de Vogel, inferiores aos do *Boletim Oficial*, para 1850, como já vimos, registram 150 habitações de pedra e cal e 1.500 casas com cobertura vegetal (VOGEL, 1850:555).

O cálculo aproximado de fogos para a cidade de Luanda, de Lopes de Lima, publicado em 1846, indica 1.176 fogos (LIMA, 1846:4A). Anteriormente, em 1823, Mesquita registra: 360 casas de palha; 821 casas cobertas de palha; 2 igrejas paroquiais e 6 ermidas (MESQUITA, 1972:30-31). Para 1827, Gomes registra: casas de pedra e cal cobertas de telhas; 418; de barro, cobertas de palha; 1069; as paróquias, 2; ermidas, 6 e conventos, 3 (GOMES, 1964:46).

Estatística dos edifícios, estabelecimentos, e oficinas da cidade de loanda relativa ao ano de 1850:

**Edifícios públicos:**

Igrejas	9	da misericórdia	1
Aquartelamentos	3		
Fortalezas	4		

**Palacios/Cazas:**

Do Governo	1	De Sobrado	8
Do Bispo	1	Térreas	4
		De palha	4

**Hospitais/Cazas Particulares:**

Militar	1	De Sobrado	170
		Térreas	385
		De palha	2.672

**Estabelecimentos**

Açougues	5	Droguistas	1
Bilhães	1	Lojas de fazendas	40
Cazas de Fazenda	10	Ditas de Mercearia	18
Confeitarias	2	Padarias	6
Cazas de pasto	3	Tabernas	90
Cazas de agoa	15		

**Officinas:**

Alfaiates, mestres	20	Marcineiros, mes.	1
Ditos officiaes	53	Ditos officiaes	3
Ditos aprendizes	80	Ditos aprendizes	6
Barbeiros mestres	11	Ourives mestres	5
Ditos officiaes	34	Ditos officiaes	6
Ditos aprendizes	30	Ditos aprendizes	10
Carpinteiros mest.	11	Pedreiros mest.	18
Ditos officiaes	34	Ditos officiaes	62
Ditos aprendizes	40	Ditos aprendizes	105
Çapateiros, mest.	15	Pintores, mest.	8
Ditos officiaes	22	Ditos officiaes	1
Ditos aprendizes	32	Ditos aprendizes	6
Funileiros mest.	4	Relojoeiros, mest	1
Ditos officiaes	10	Tanoeiros, mest.	11
Ditos aprendizes	12	Ditos officiaes	18
Ferradores mest.	1	Ditos aprendizes	28
Ferreiros mest.	3	Torneiros, mest.	2
Ditos officiaes	14	Ditos officiaes	1
Ditos aprendizes	17	Ditos aprendizes	2

**Boticas:**

Do hospital Militar	1	Particulares	1
---------------------	---	--------------	---

**Quintandeiras:**

De fazenda	180	De carnes	20
------------	-----	-----------	----

**Carros e Cavaladuras:**

carrinhos	16	Muares	16
Cavallos	80	Jumentos	20

(Secretaria do Governo Geral da Província de Angola, 1 de janeiro de 1851 – Francisco Joaquim da Costa e Silva, Secretário Geral do Governo IN: **Boletim Oficial** n° 303, 19 de julho de 1851) (SANTOS, 1970:167-169).

Se confrontarmos os dados de Lopes de Lima, publicados em 1846, constantes das tabelas de nºs 1 e 2 com aqueles da tabela 4, que apresenta estatística da população de Luanda para 1850, verificaremos que a população 'branca' passou de 1.601 indivíduos (135 mulheres) para 1.240 (420 mulheres); isso traz um saldo negativo de 361 'brancos', em geral, embora as mulheres tenham um saldo positivo de 285. A população 'mestiça' e 'negra' que era, respectivamente, de 491 e 3.513 elementos, passa em 1850 para 2.055 e 9.270. Com o fim do tráfico de escravos, uma boa parte dos 'mestiços' que viviam nas áreas dos presídios e distritos do interior, assim como um bom número de 'negros' envolvidos com o tráfico e com o comércio em geral regressam a Luanda. O aumento, em números absolutos, da população 'negra', mostra que ela, independentemente de participar diretamente no tráfico, preferia migrar para Luanda, onde possivelmente sentia-se mais segura. Com a ocupação militar e administrativa do interior, houve um aumento do controle sobre a vida dos africanos.

Encontramos ainda uma informação publicada em **Panorama** (Jornal literário e instrutivo), vol. XI, terceiro da série, no 47, 1854. Na página 370 aparece uma informação estatística sobre as construções e sobre moradores de Luanda, oferecendo números superiores aos anteriores: "(...) a população da província sobe a 500:000 habitantes e a da capital a 14:335, distribuídos por 6:334 fogos, em 10 praças, 13 ruas, 26 travessas, 2 largos, 12 becos, 9 calçadas, nas quais há 173 casas de sobrado, 291 térreas e 2.683 cubatas". Nesta estatística, a população é mais numerosa: o conjunto de arruamentos é igualmente superior, embora a distribuição por tipo de arruamento certamente não tenha obedecido ao mesmo critério; quanto às habitações o número de sobrados e cubatas é equivalente, mas o de casas térreas é bem menor: 291 para 389 apontadas na estatística de 1850. Trata-se, pois, de mais um elemento estatístico que mostra que a cidade cresceu neste período: "(...) mas até pode afiançar-se que é hoje muito mais opulenta e importante do que nos dourados tempos do nefando tráfico da escravatura, perdendo com a declinação deste o carácter de acampamento, que a distinguiu (...)", segundo Teixeira de Vasconcelos (**Panorama**, 1854:369).

4. Em 1875 a cidade contava já com 23 ruas, 25 travessas, 29 praças e largos, 9 calçadas e 10 becos.

5. É curioso que, em 1874, surge uma relação de cabos da regedoria da freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, dividindo a área em dez seções, abrangendo não só a 'cidade baixa' tradicional, como a área de transição., o Carmo, como as Ingombotas, o Alto das Cruzes, etc. (**Boletim Oficial** no 31874, pp. 41-42). Embora se trate de divisões diferentes, uma de natureza administrativa, outra sanitária, aproximam-se na delimitação de algumas seções. A divisão em dez seções sanitárias e seus limites constam de uma ata da Câmara, de 9 de junho de 1864, mês em que a epidemia "assumiu proporções mais vastas e aterradoras". As dez seções abrangiam a 'cidade baixa' e a 'cidade alta' (SANTOS, 1970:483-484).

6. "Quando aqui grassou a epidemia de varíola, na segunda metade do século dezenove, aí por 1864, a população nativa distribuía-se pelos seguintes bairros:

Coqueiros – que se estendia da Praça do Peixe, ou do Falcão, onde hoje é o largo do Infante D. Henrique, até a Calçada Nova, denominação que tinha então a Calçada do Pelourinho. Era o bairro mais populoso, pois, em 1848, já contava com 227 cubatas.

Sangomdombe (...) Carmo – abrangendo o casario que se concentrava em volta do convento de Santa Teresa dos Carmelitas Descalços – hoje paroquial de N.S. do Carmo – que se estendia pela encosta sobranceira até o Alto das Cruzes; existiam 137 cubatas em 1848. Era o mais habitado a seguir do bairro dos Coqueiros. Passou, posteriormente a designar-se Ingombota (...)" (Manuel Bento Ribeiro).

## Referências Bibliográficas

- AMARAL, Ilídio do. Descrição de Luanda oitocentista, vista através de uma planta do ano de 1755. **Garcia De Orta**, Lisboa, 9(3):409-420, 1961. (Editada em Lisboa pela Junta de Investigações do Ultramar).
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE ANGOLA. Luanda, Imprensa Nacional, 1898; 1899; 1934; 1936.
- BRASIO, A. **Monumenta missionária africana**. Lisboa, 1955, vol. V, pp. 389-390
- CARDOSO, Manuel da Costa. **Subsídios para a história de Luanda**. Luanda, Museu de Angola, 1954, p. 20.
- CENSO de 1940, vol. 1, pp. 78-79.
- COIMBRA, Carlos Dias. **Livros de "Ofícios para o Reino" (1726-1801)**. Luanda, Arquivo Histórico de Angola, 1959, p. 47
- COUTO, Carlos. **Os capitães-mores em Angola no século XVIII: subsídios para o estudo da sua actuação**. Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972. 399p.
- FELNER, Alfredo de Albuquerque. **Angola: apontamentos sobre a ocupação e início do estabelecimento dos portugueses no Congo, Angola e Benguela**. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933, pp. 442-449.
- GOMES, Maria Josina Borges de Moraes. **Angola ao tempo do governador Nicolau de Abreu Castello Branco**, (1824-1830). Lisboa, 1964. 153p. + 134p. doc. (Dissertação de Licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). (Mimeo).
- LIMA, José Joaquim Lopes de. **Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas na África Ocidental e na Oceania**. Livro III – Ensaio sobre estatística d'Angola e Benguela e suas dependências na Costa Ocidental d'África ao Sul do Equador. Lisboa, Imprensa Nacional, 1846. Parte I:207p; Parte II:60p.
- MONTEIRO, José Mário de Sousa. (1810-1881). **Diccionario geográfico das províncias e possessões portuguesas no ultramar**: em que se descrevem as ilhas e pontos continentaes que atualmente possui a corôa portugueza e se dão muitas outras notícias dos habitantes, sua história, costumes, religião e comércio. Precedido de uma introdução geographico-político-estatístico-histórica de Portugal. Lisboa, Tipographia Lisbonense de J.C. de Aguiar Viana, 1850. 530p.
- MESQUITA, Maria Emília Faria da Silva Pereira. **Cristóvão Avelino Dias**. Governador do Reino de Angola: subsídios para a história de Angola na 1a. metade do séc. XIX. Coimbra, 1972. 216p. (Dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra). (Mimeo).
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de. **Alguns Aspectos da administração de Angola em época de reformas**, 1834-1851. Lisboa, Ed. da Universidade Nova de Lisboa, 1981. p. 367.
- PANORAMA. Jornal literário e instrutivo. Luanda, vol. XI, terceiro da série, num. 47, 1854, p. 370.



- PIRES, Rui. **Luanda cidade portuguesa fundada por Paulo Dias de Novais em 1575**. Luanda, Edição da Direcção dos Serviços de Economia, s.d., p. 8
- SANTOS, Ana de Sousa. Aspectos de alguns costumes da população luandense. Separata do **Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola**, Luanda, 7(2):3-19, 1970.
- VENÂNCIO, José Carlos Gaspar. **A economia de Luanda e o Hinterland no sec. XVIII: um estudo de etnologia histórica**. Tradução do autor da tese apresentada na Universidade de Johannes Gutenberg, Mogúncia, 1983.
- VOGEL, Charles. **Le Portugal et ses colonies**. Paris, Guillaume et Cie., 1850.
- Vol. I: Anatomia do colonialismo, 314p.
- Vol. II: Os movimentos de libertação nacional, 316p.
- Vol. I: (1845-1864), 1970, 503p.
- Vol. I: Cronologia séc. XV-séc. XVIII, 1978. 496p.
- Vol. I: 305p. vol. II:469p. vol. III:404p. vol. IV:189p.
- Vol. II: Apenas um punhado de bravos, 1971, 303p.
- Vol. II: Cronologia séc. XIX, 1979. 318p.
- Vol. III: A estratégia da libertação, 345p.
- Vol. III: Crónicas da velha cidade, 1972, 440p.
- Vol. III: Cronologia séc. XX, 1979. 476p.
- Vol. IV: A velha Loanda – nos festejos, nas solenidades, no ensino, 1972, 472p.